



Anais da Assembléia

Nº 153

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1.979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 146ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1.979

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério, secretariada pelos Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima e João Mansur.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dúmont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Erondy Silvério) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 144/79

Curitiba, 16 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 03 de outubro de 1.979, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, através de sua Secretaria de Assuntos Culturais, objetivando a melhoria técnica de funcionamento da Rádio Estadual do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 145/79

Curitiba, 16 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 12 de outubro de 1.979, entre o Governo do Estado e a Fundação Projeto Rondon, objetivando a mútua cola-

boração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 146/79

Curitiba, 16 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 02 de outubro de 1.979, entre o Governo do Estado e o Município de PIRAQUARA, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 147/79

Curitiba, 16 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Renovação do Convênio FNDU 37/78, celebrado em 24 de outubro de 1.979, entre o Governo do Estado, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Município de FOZ DO IGUAÇU, e interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria de Estado do Planejamento.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 148/79

Curitiba, 16 de novembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio

celebrado em 17 de outubro de 1979, entre o Governo do Estado e o Município de ITAGUAJÉ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 149/79

Curitiba, 16 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação celebrado em 25 de junho de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e o Município de LONDRINA, objetivando a implantação de Terminal Rodoviário de Passageiros na cidade do mesmo nome.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 150/79

Curitiba, 16 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação celebrado em 11 de setembro de 1979, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes com o Município de LONDRINA, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros na cidade do mesmo nome.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 151/79

Curitiba, 20 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a realizar com a Cúria Metropolitana permuta de imóveis situados no Município de RIO NEGRO, com áreas, melhorias e demais características.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa decorre de expediente a mim dirigido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, onde propõe tal medida, a fim de que a comarca de Rio Negro possa contar com residência para o Senhor Juiz de Direito Titular.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda

Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 658,80 m², com frente para a Avenida Comendador Franco, da cidade de Rio Negro, de propriedade do Estado do Paraná, constituído de parte do imóvel objeto de n.º de ordem 1.897 às fls. 141 do livro 3-A de Transcrição das Transmissões da Comarca, pelo imóvel constituído por uma edificação em alvenaria com dois pavimentos, com 251,43 m², em terreno com área total de 910,83 m², com frente para a rua Barão do Rio Branco, pertencente a Paróquia de Rio Negro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o PROJETO DE LEI N.º 70/79, que cria o Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 57/79, 54/79 e 70/79, que visam respectivamente a criação dos Municípios de Tupãssi, Vera Cruz do Oeste e Cafelândia.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1979.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO FRACARO, ocorrido hoje em Campo Largo.

Outrossim, solicita que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada no seguinte enredereço: Viúva Idalina Slompo Fracaro, Rua Rui Barbosa n.º 1758, Campo Largo.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 58/79, de sua autoria, que visa criar o Município de Lunardelli, em razão do cumprimento do plebiscito autorizado por esta Assembléia Legislativa, através da Resolução n.º 179/79, de 26/09/79 e pela Resolução n.º 33/79 do egrégio Tribunal Regional Eleitoral de nosso Estado, conforme o resultado de tal plebiscito comunicado através do Ofício de 25/11/79 do Juízo Eleitoral da 132.ª zona da Comarca de São João do Ivaí. (fotocópia anexa).

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Os fatos, ao longo destes últimos quinze anos, estão a demonstrar que o golpe de 64 se fez em benefício dos grandes capitalistas, e em detrimento dos interesses das classes trabalhadoras.

Ninguém ignora a situação de semi-escravatura que imperava no Brasil, antes de 1930. O operário urbano não dispunha de garantias mínimas. Trabalhava 14 a 16 horas por dia, sem salário extra, incluindo feriados, dias santos e domingos. O salário era de fome, abaixo do mínimo necessário para a subsistência própria e da família. Repouso semanal remunerado, lei de férias, despedida do emprego com indenização, aposentadoria por invalidez, velhice ou por tempo de serviço, — tudo isso não poderia ser objeto nem de sonho.

A Revolução de 1930 trouxe no seu bojo um programa de reformas sociais de grande amplitude. O Presidente Getúlio Vargas principiou por criar o Ministério do Trabalho, e, em face das condições para esse fim propícias na vigência do Estado Novo, promulgou uma legislação social tão avançada, tão progressista, que veio a servir de modelo para outros países. Tudo aquilo que o trabalhador não se atrevia a sonhar, passou a ser uma tediosa realidade, graças à visão de estadista e ao sentimento de solidariedade humana do Presidente Getúlio Vargas.

As conquistas se fizeram, no campo social, sem derramamento de sangue, ao contrário do ocorrido em outros países, inclusive nos Estados Unidos, onde, por exemplo, Sacco e Vanzetti foram condenados à morte, na cadeira elétrica, apesar dos fortes protestos do mundo inteiro. A Constituição Federal de 1946, não só ratificou os termos da legislação social, como a ampliou ainda mais, num aperfeiçoamento digno de encômios. O segundo governo de Vargas introduziu a lei do salário-mínimo, no intuito de garantir ao trabalhador, salário decente e condigno.

As multinacionais fixaram, entre si, uma norma geral invadiram os países do Terceiro Mundo, com a preocupação de espoliação de suas fontes de matérias-primas, dominação total de sua economia e utilização da mão-de-obra abundante e barata, num regime de escravização dos trabalhadores.

Ao verificarem que Getúlio Vargas legara aos trabalhadores brasileiros uma legislação asseguradora de amplos e inalienáveis direitos, acumpliciaram-se elas com o grupo golpista de 1964, para que esses direitos fossem suprimidos pela força. Era a limpeza do terreno, para o avanço delas sobre as riquezas do Brasil.

A estabilidade no emprego precisava ser destruída. Para conseguir esse objetivo, a fórmula encontrada foi a da instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como isca aparentemente inocente. Pareceu que o golpe de 1964 favorecia, ainda mais, as classes assalariadas. O operariado exultou, no princípio. Não demorou a perceber, porém, a armadilha em que havia caído. O FGTS acarretou excessiva rotatividade no emprego, porque a estabilidade deixou de existir. O operariado, — inicialmente iludido pela facilidade de levantamento do Fundo de Garantia, — abriu os olhos quando a porcentagem do desemprego começou a crescer. Trabalhador de mais idade passou a ser demitido, para que o maior tempo na empresa não lhe assegure maiores direitos, e, por ter ele atingido idade além dos 45 ou 50 anos, encontrou portas fechadas, para ele, nas outras empresas. O excesso de oferta de mão-de-obra aviltou o salário, e toda a classe dos trabalhadores começou a sofrer.

Jair Soares, o trêfego Ministro da Previdência Social, — outro qualificativo não lhe seria tão mais apropriado, diante dos critérios estranhos e danosos que tem adotado para o problema social brasileiro, de crescente complexidade, por força da infla-

ção e da elevação exagerada do custo de vida —, está preparando outro igualmente rude golpe contra o trabalhador.

Pretende reduzir as proporções da grande conquista social da era getuliana, — a aposentadoria do trabalhador, após 35 anos de serviço. Em sua opinião, a aposentadoria deve ser concedida apenas aos 65 anos de idade. Como a média de vida é de 55 anos para o homem brasileiro, em virtude das deficiências de alimentação, de saúde e de moradia, deduz-se que o que o Sr. Jair Soares quer, é que o trabalhador morra trabalhando, sem o benefício da aposentadoria nos últimos anos de vida. Argumenta que o trabalhador está se aposentando após 35 anos de serviço, em pleno vigor da idade, e que a Previdência Social não aguenta mais o ônus das aposentadorias que paga, salvo se majorar a atual contribuição de 8% do empregado e de 8% do empregador.

Quem foi Deputado Estadual e Secretário de Estado do Rio Grande do Sul e, é agora, Ministro da Previdência Social, — não sabemos por que méritos, tantos os erros cometidos —, com farta e despoliciada mordomia, a vida lhe corre rica, feliz e serena. Não conhece o drama dos empregados insalubres, e das doenças profissionais; não conhece a curteza do salário, pela desvalorização da nossa moeda, que faz minguar o pão na mesa e o leite para as crianças; não toma conhecimento da falta de agasalho contra a chuva e contra o frio de inverno. Por esses motivos, ignora os índices de tuberculose, de avitaminose, de anemia, de cegueira e de tantos outros males, oriundos da subnutrição, do desconforto, da falta de higiene nos locais de trabalho e do excesso de esforço físico. Pouco se lhe dá que o trabalhador vire trapo humano, desde que explorado até as últimas forças, pelo capital sem entranhas, preocupado tão somente, pelo lucro.

O meu veemente protesto é contra o atentado que o Ministro Jair Soares e que o Governo João Figueiredo estão tramando contra o inalienável direito de aposentadoria do trabalhador, após anos e anos de duro trabalho nas fábricas e nas oficinas.

Apoio inteiramente o movimento de repúdio dos sindicatos. O Brasil não pode retrogradar no campo das conquistas sociais."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Darcy Deitos, inscrito. — (Declina).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "A coisa está preta.

Aproveitando o refrão da música de Chico Buarque, reafirmamos o que o brasileiro afirma no dia a dia.

A crise social está evidente e inegável nos aproximando cada vez mais do caos total.

Vivemos dias tristes com o trabalhador envolvido em mil problemas, gerados pela incapacidade de alguns tecnocratas que teimam em continuar bolando fórmulas mágicas para resolver a situação nacional.

O protesto e a revolta estão nas ruas, através de greves de delegados, metalúrgicos, trabalhadores na construção civil, motoristas de ônibus, motoristas de táxi e outros movimentos trabalhistas.

Quem paga pelos erros de poucos (os mesmos...) é o povo, que fica a sofrer as conseqüências penosas de cada movimento grevista. Obrigado a andar a pé, chegar atrasado ao serviço, sofrer tensões nas ruas agitadas e correr riscos de segurança pessoal.

A fome e a miséria estão nas ruas, os conflitos sociais aumentam e a tão propalada "panela cheia" está cada vez mais vazia, ou melhor, nem panela existe mais.

Cada greve, cada movimento, cada parada classista é um sintoma do momento terrível que vivemos. São nascimentos espontâneos, sem programações ou estudos pré-elaborados em gabinetes.

Os motoristas de táxi estão parados desde à zero hora de hoje (segunda-feira) pleiteando seus direitos e defendendo a justiça. Num clima de ordem a "parada de emergência" foi iniciada, provocando a adesão de milhares de profissionais do volante. Protestam em primeiro plano contra a atitude do Conselho Nacional do Petróleo em autorizar um aumento que elevou o preço da gasolina para Cr\$ 22,60 o litro. Reunidos nas proximidades da Rodoferroviária os motoristas analisaram o problema e chegaram à conclusão de que a greve teria que ser deflagrada, exigindo do Governo uma atitude consciente, visando a diminuição do preço da gasolina ou a criação de um sistema que possa reconduzi-los ao trabalho, sem sofrer sérios prejuízos. Num balanço feito pela Comissão Coordenadora do Movimento, integrada pelos motoristas Avelar Lívio, Edson Delpin, Benedito Graciliano, Bartolomeu Lins, Geraldo Nascimento, Edson Luís e Ubirajara Ferreira; constatou-se que, dentro da média atual de trabalho, 150 km rodados, um motorista profissional tem um prejuízo diário de pelo menos Cr\$ 40,00. Sua despesa atinge a Cr\$ 40,00 (obrigado a pagar sobre 200 km rodados o preço de Cr\$ 2,05 o litro, mais Cr\$ 500,00 de gasolina e Cr\$ 20,00 para a caixinha). Sua receita é de Cr\$ 900,00 (faturamento Cr\$ 600,00, perfazendo 40% do tempo com passageiro e mais Cr\$ 300,00 pela bandeirada). Desta forma, perde diariamente Cr\$ 40,00. Sem contar as multas que poderão surgir tanto da Prefeitura Municipal como do trânsito. Com o preço cobrado hoje pela gasolina, o motorista ganha mais ficando parado, segundo entendimentos dos próprios membros da classe. Eles não culpam os patrões, que também estão sentindo os problemas da alta da gasolina. Culpam o próprio Governo, em fixar de maneira absurda este preço de Cr\$ 22,60 o litro.

Os motoristas de táxi de Curitiba não estão fazendo um movimento isolado, pois, apenas acompanham seus colegas de outros Estados, numa corrente nacional e oportuna.

Dias atrás, o Ministro Camilo Pena declarou que "é preciso ter coragem para fixar um preço tão elevado". Eu modifico a frase e digo que "é preciso ter vergonha e deixar de massacar o povo com tantos aumentos inconseqüentes". É uma verdadeira covardia o que está acontecendo em termos de petróleo neste País. O povo não participa de nada, não opina, não tem direito de defesa. O CNP fixa o preço e fim de conversa. Lastimável.

- 1 — Aumento gasolina (querem tabela anterior)
- 2 — Regulamentação da profissão de MOTORISTA DE TÁXI.
- 3 — Ponto Livre na Capital (em toda a cidade)
- 4 — Anistia total das multas aplicadas pela Prefeitura Municipal.
- 5 — Diminuição do preço (valor) das multas da Prefeitura
- 6 — Problema das "engrenagens" (regulagem taxímetro).
- 7 — Problema da segurança pessoal.
- 8 — Inclusão de um motorista profissional no Conselho de Avaliação de Multas (que está sendo criado) junto à Prefeitura Municipal."

Tenho ainda, mais a concluir, Senhor Presidente, mas deixo para uma próxima ocasião, relatando ainda que os motoristas, além desta grita por causa do aumento do preço do petróleo, também pedem a regulamentação da profissão, ponto livre, anistia para as multas da Prefeitura, um representante no Conselho de Avaliação de Multas da Prefeitura ou abaixar o valor das multas, problema da engrenagem e ainda da segurança pessoal.

Era só, Sr. Presidente, Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao apagar das luzes dos partidos políticos que tiveram a sua finalidade no Brasil, ao vermos o ambiente conturbado onde a Nação solicita serenidade, decisão, nestas horas que a fidelidade deve imperar na consciência dos homens.

Queríamos aqui, Sr. Presidente, dentro da bitolagem que nos concerne a nossa visão, ao vermos o nosso Estado tumultuado, o País tumultuado, e ao vermos medidas antipáticas e antagônicas de nosso Governo, talvez com finalidade diferente, queríamos dar, neste instante, a nossa opinião humilde, a opinião de nossos companheiros e de nossas bases. No momento em que a assertiva dos homens de boa vontade, que a assertiva dos homens que são honestos, — ou pretendem ser honestos por convicção, que são homens que hão de ser julgados pela posteridade e pela opinião pública, queremos dizer que neste momento conturbado damos um voto de confiança ao Governador Ney Braga. Estaremos, incondicionalmente, ao lado de Ney Braga, este homem que como Canet Júnior, procurou acertar as diretrizes e a dotação paranaense.

Nós, dentro da humildade peculiar do homem da roça, viemos em 64 para esta Assembléia e aqui estamos, graças ao voto do povo e graças à bênção de Deus para podermos, dentro da parcela da humildade e muitas vezes transpondo esta barreira, dialogarmos com companheiros para pedirmos clemência, pra pedirmos tranqüilidade e para pedirmos união dos paranaenses que precisam de tranqüilidade.

Isto que acontece no Brasil, é uma efervescência que não sabemos o rumo que vai tomar. O rumo que tomar, nós estaremos incondicionalmente junto com o Governador Ney Braga. Porque sabemos de sua assertiva, de sua vontade de acertar. Como dizia Rui Barbosa: "Covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta". E haveremos de lutar porque sabemos que o nosso partido que se extinguiu ou será extinguido hoje, procurou acertar; e nós estaremos no bloco do eminente Governador Ney Braga que há de vir, com sua experiência, com sua boa vontade cristã, administrar este povo paranaense.

Greves são sucessão e são fatos que acontecem em países democratizados, em países em efervescência. Então, não poderíamos neste lado, estarmos simpáticos a uma facção. Queríamos dizer, dar o nosso testemunho, que iremos comungar com o bloco liderado pelo Líder Erondy Silvério nesta Assembléia. Iremos ao lado de Ney Braga, porque a nossa vontade é de acertar. A nossa vontade é de estar ao lado do povo, o de estar ao lado daqueles homens que clamam por justiça. Os homens que estão sendo injustiçados, sabemos disso. Mas, dentro de um espírito cristão, dentro de um espírito sem baderna, haveremos de fazer a nossa profissão de fé; o nosso confissãoário será esta tribuna. Que nós estaremos, mesmo que seja para termos o repúdio de alguns que não nos entendem. Estaremos ao lado da facção de Ney Braga, porque haveremos de, unidos, com a boa vontade do povo, sem trair, sem menos pregar e sem pisotear, haveremos de dizer ao povo paranaense, e a nossos filhos, que procuramos acertar sem demagogia. Porque o País está em efervescência, sabemos disso, sabemos perfeitamente que os ilustres Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, que também está dando os seus últimos suspiros, haverão de tomar o seu rumo. E haveremos de estar na trincheira da democracia, junto com Ney Braga, para unidos, procurarmos fazer o bem-estar da nossa terra e da nossa gente.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que não paire dúvidas para que nós, embora numa situação quase que antipática, possamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ser autênticos e dizer para o bem do povo, estaremos com Ney Braga, pois o povo quis Ney Braga de novo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Está encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia 13 do corrente, o Estado do Paraná perdeu um dos seus mais eminentes filhos, o paranaense Accioly Filho, o qual em sua vida política, sempre procurou lutar pelas liberdades democráticas, o que lhe custou, inclusive, o seu afastamento definitivo da vida pública do País.

Mas, Accioly Filho, nos extertores de sua vida, ainda deixou uma frase que nos leva a analisar e meditar profundamente, pois, atravessamos um período dos mais importantes da vida política brasileira.

E disse ele: "as instituições não são sérias, e os homens também não são sérios na América Latina". E o que viemos analisando nos últimos tempos, em nosso País, é a falta de seriedade no governo atual, pois o mesmo vem faltando com a verdade em inúmeras oportunidades, nos episódios da vida política brasileira,

Senão, vejamos a nota publicada pelo jornal "Gazeta do Povo", em sua edição de 23 do corrente. "O Secretário Especial de Abastecimento e Preços, da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, revelou ontem que em 1.º de dezembro começa a ser praticado o novo aumento da gasolina, cujo litro deverá custar Cr\$ 22,60, afirmou o Sr. Viacava. Afirmou que o forte aumento da gasolina terá um efeito de longo prazo, pois o Governo pensa só reajustar o preço desse derivado, no meio do ano que vem. Nós só poderemos conceder dois aumentos anuais para o preço da gasolina, caso a conjuntura internacional do petróleo não torne a se agravar, enfatizou o Sr. Viacava. Contudo, destarte ele afirmou a possibilidade de ser posta em prática uma política de racionamento de combustível, pelas dificuldades, em caso de corte abrupto, de nossa conta de suprimento. Viacava revelou ainda que o setor de energia elétrica terá aumento nos meses de dezembro próximo a junho de 80. Os derivados de petróleo, que como óleo combustível, o querosene e a nafta, são matérias-primas industriais e terão aumento em abril e outubro de 80. Dizia, portanto, a nota do Sr. Viacava, que só se pode aumentar a gasolina duas vezes por ano. E que o aumento só se daria no mês de dezembro. No entanto, durante o ano de 79, a gasolina sofre hoje o seu quarto aumento, e o primeiro de dezembro, segundo os homens do governo, foi antecipado e virou 26 de novembro. Enquanto que a querosene e os outros derivados de petróleo, que seriam aumentados em abril, também já foram aumentados, sendo que o índice de aumento verificado para a gasolina, no corrente exercício, já atinge nada mais nada menos que cento e sessenta e nove por cento, e que nos últimos seis anos, o aumento verificado foi na ordem de dois mil e setecentos por cento, passando de Cr\$ 0,81 para Cr\$ 22,60, enquanto a inflação, dita como oficial, foi de sessenta e oito por cento no período.

Dizer-se que os preços internacionais são os responsáveis pelo aumento, é uma mentira, pois, em 1967, pagávamos por um barril de petróleo, dois dólares; hoje, pagamos vinte dólares, em média, o barril de petróleo, o que representa um aumento de mil por cento nos últimos sete anos, e não dois mil e setecentos por cento, como foi o aumento dos derivados de petróleo dentro do território brasileiro.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um roubo à bolsa do povo brasileiro, roubo este imposto pelo Governo, pois, enquanto se culpam os preços internacionais como responsáveis pelo aumento, aproveita-se para extorquir do povo as suas poucas economias.

E eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: o que será da nossa agricultura com esse aumento do Óleo Diesel de Cr\$ 8,70 para Cr\$ 12,00 o litro? Essa agricultura que já é

sacrificada em tudo, e hoje depende totalmente do Óleo Diesel.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Em seguida, eminente Deputado.

Onde buscaremos solução para a mesma? Isso só aumentará a fome e o desespero dentro da Nação brasileira.

Concedo o aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Ilustre Deputado Darcy Deitos, quero cumprimentá-lo pelo assunto que Vossa Excelência aborda nesta tarde, iniciando seu discurso, homenageando um grande homem público que o Paraná perdeu recentemente, a quem quero também, nesta oportunidade, render as minhas homenagens ao ex-Senador Accioly Filho, de quem tive a honra, inclusive, de ser aluno, na Faculdade de Direito de Curitiba.

Mas, realmente, o assunto que Vossa Excelência aborda, do aumento do preço no litro da gasolina, é o assunto mais sério desses últimos dias.

Gostaria, ilustre Deputado, de, ao apartear Vossa Excelência, deixar aqui a minha posição e também o meu testemunho de contrariedade às afirmações que o Presidente, General Figueiredo, fez recentemente em São Paulo, quando o repórter, ao indagar sobre o aumento de cinquenta e oito por cento da gasolina, se ele, Presidente, não tinha receio de uma reação popular diante deste aumento assustador do preço da gasolina. Ele respondeu que não estava preocupado se as medidas que ele tinha adotado ou que viesse a adotar em seu Governo, seriam ou não simpáticas ao povo, porque ele não estava ali para agradar o povo.

Isto é profundamente lamentável, nobre Deputado, que um Presidente da República declare publicamente, principalmente porque eu não sei qual o conceito que o nosso Presidente faz de "povo".

Inicialmente, ele disse que prefere cheiro de cavalo a cheiro de povo. Posteriormente, fez várias afirmações, menosprezando o povo brasileiro, e esta última de que ele não tem que dar satisfação ou estar preocupado se esta ou aquela medida que ele adote, vá ou não agradar ao povo, é profundamente lamentável, apesar de que nós sabemos que para chegar no cargo que ocupa, não precisou do povo.

E é isso o fundamental, de se escolher um Presidente através do povo, através do voto. Mas Sua Excelência, por certo, talvez imbuído de seus propósitos militares, consciente de sua posição de ex-Chefe do SNI, realmente ele não precisa do povo. Para ser Presidente foi escolhido e guindado ao cargo, única e exclusivamente pela vontade de um homem só.

Portanto, ele não precisa do povo.

Mas, acho que já está passando da hora, já está passando do momento do General Figueiredo parar um pouco e pensar o que vai falar, porque o Brasil é um País composto de cento e vinte milhões de brasileiros. E é um País que, a qualquer momento, o povo pode cansar de ser massacrado, de ser espezinhado, de ser humilhado e de ser comparado a animais. E a qualquer momento, ilustre Deputado, este povo pode demonstrar que o povo brasileiro tem força.

E estamos vivendo, em Curitiba, que é tida e havida como cidade pacata, tida e havida como "Cidade Sorriso", momento de tensão. Hoje, sabemos que trinta mil trabalhadores estão paralisados.

E por que isto ocorre em Curitiba?

Por que isto está ocorrendo em vários recantos do País? É porque o povo não suporta mais. O povo está sendo realmente massacrado com um salário aviltante de fome, e o Sr. Presidente Figueiredo ainda vem dar entrevista de que "o povo para ele não importa".

Não importa porque ele não pediu voto para o povo.

Não importa, porque para chegar onde ele está, não precisou do povo.

Mas, esta paralisação, ilustre Deputado, pode e deve abrir os olhos desta gente e mostrar a eles que, se o povo quiser, este

Brasil pára, se o povo quiser, este Brasil irá para nem sei onde, do jeito que as coisas estão caminhando.

Não sabemos o que acontecerá com o futuro desta geração se continuar a brincar com os sentimentos do povo.

Isso é profundamente lamentável e revoltante ouvirmos do Presidente, afirmações como essas.

Portanto, cumprimento Vossa Excelência pelo seu pronunciamento.

E fica aqui o alerta e o protesto de um modesto Deputado do interior do Paraná à entrevista à entrevista desse homem que tem demonstrado ser um homem despreparado para a função. E que se, porventura, a situação do País está cada dia mais dramática, não é justo que se coloque nos ombros deste povo sofrido ainda mais este onus de 58% de aumento da gasolina.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós que agradecemos seu aparte, ilustre Deputado José Tavares, que veio corroborar para o engrandecimento deste modesto pronunciamento.

Mas, Vossa Excelência coloca muito bem: onde é que iremos parar com a gasolina a Cr\$ 22,60?

O aumento dos derivados do petróleo foi de 2.700% em seis anos! E o índice oficial da inflação, esta maravilha deste milagre brasileiro, desta Nação que é pujante, segundo os homens do governo, foi de 680% e o aumento do barril do petróleo, no mercado internacional, foi de 1.000% no mesmo período.

Onde é que vai essa diferença?

O povo está sendo roubado, eminente Deputado.

Existem ladrões comandando esta Nação. Os fatos estão aí. Os índices são oficiais, fornecidos pelo próprio Governo.

Sr. Presidente, o que assistimos hoje, em nosso País, é a insensibilidade e a incompetência de um governo para com o povo. E como ele mesmo diz: "Não tomo medidas para o povo ficar contente, ou descontente, tomo medidas que interessam ao País".

Mas, em nosso entender, o País não é um amontoado de prédios, de castelos, não é uma faixa de terras chamada território, mas é antes de tudo, uma nação politicamente organizada, com um povo que fala a mesma língua, tem tradições e costumes e que deve ser dirigida por um Governo Central que atenda os seus anseios e aspirações.

Por isso, que aqui queremos lembrar ao ilustre "JOÃO" que considera perguntas da crônica política brasileira, como asnáticas, que, isto é o raciocínio daqueles que são insensíveis às lamentações populares, daqueles que, não tendo o voto do povo, fazem ouvidos moucos para as angústias do povo, levando aos mesmos, o caos social daqueles que brincam com o povo brasileiro como hoje verificamos em nossa Capital, a Capital dita "Sorriso" que no entanto hoje, chora a insensatez e a insensibilidade de seus governantes que, ao longo desses quinze anos de arbítrio e prepotência, nada mais fizeram do que levar a fome e a miséria, em todos os matizes, aos lares brasileiros.

Lembramos ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aos atuais Governos, que o povo é o sustentáculo de toda estrutura social e política e é ele que decide a sua própria sorte, dando à História o rumo que quer, bem como a resposta aos insensatos que o governam.

Nos angustiamos, ao ver que, ao Presidente se estendem tapetes para que o mesmo em cima deles passe, e que, ao povo, só se deixe o negro asfalto e as ruas empoeiradas da vida!

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, a seriedade das suas colocações num momento extremamente sério evidenciam que o Brasil, hoje, está preocupado em importar barris de petróleo, e, tem amplas condições de exportar barris de pólvora, tal a instabilidade e a possível explosão social que se sente em todos os segmentos sociais. Efetivamente, estamos próximos à situação de o País

estar num verdadeiro barril de pólvora, mas, preocupado em justificar as crises e a incompetência dos que nos dirigem, em cima dos barris de petróleo que devem vir, para o nosso consumo.

Concluo, ilustre Deputado, fazendo efetivamente, aqui, uma colocação que todo brasileiro por certo sabe, mas que atesta, sobremaneira, as conseqüências dos atos daqueles que nos dirigem nos últimos anos. É óbvio, é claro, que, em 1964 se fez uma opção desenvolvimentista neste Brasil, dentro das premissas levantadas pelo Professor Roberto Campos, e essas premissas em seguida acolhidas e desenvolvidas por Bulhões, por Delfim Neto, Simonsen, novamente Delfim Neto e todo esse time de expressão multinacionalista e entreguista, estava bem clara essa opção desenvolvimentista, querer transformar o País, em pouco tempo, numa potência altamente capitalista e, para isso, baseou-se quase que exclusivamente, em cima da indústria do automóvel; a prova está em que, hoje, se fala que, 60% dos empregos no Brasil estão direta ou indiretamente ligados à indústria automobilística, que vai, desde a produção, da fábrica, da distribuição, aos consórcios, às financeiras e ao próprio despachante, formando, todo este conjunto, 60% praticamente, dos empregos que, direta ou indiretamente estão ligados à indústria automobilística. Então, se fez um modelo desenvolvimentista neste País, em cima do príncipe das quatro rodas e, hoje, nós estamos pagando as conseqüências e os efeitos disto, em pouco tempo. E, hoje, são os articulistas que traduzem isto com clareza, nos diversos periódicos do Brasil.

Mas, o que mais grave é, eu poderia traduzir aqui, ilustre Deputado, é que, os mesmos articuladores deste processo desenvolvimentista estão, hoje, nada perplexos com a situação, nem um pouco preocupados com a problemática, seriamente não estão atentos a esta realidade e às conseqüências nefastas que criaram, porque há pouco nós vimos que, a grande maioria dos ex-Ministros dos Governos que se dizem revolucionários, hoje estão tão bem situados em cargos elevados, com altíssimos salários, em grupos multinacionais, e para completar o quadro, o recém demissionário, ex-Ministro Henrique Simonsen, depois de mais de seis anos em que esteve infiltrado em toda a problemática econômico-financeira do País, convivendo e vivendo no aspecto mais íntimo da nossa situação, sentindo aonde é que está "calcanhar de Aquiles" de todo problema nacional, vivendo no seu Gabinete de Ministro da Fazenda ou de Planejamento, todo o conjunto de fatores que podem levar este País ao caos ou a uma estabilidade a médio prazo, pois este ex-Ministro, depois de demitido, passa a fazer parte agora contratado, pelo City Bank, grupo norte-americano onde ele fará parte do Conselho Diretor.

Ilustre Deputado, como nós vemos isso, todos os principais ex-Ministros dos Governos revolucionários, estão, estavam ou estarão com altos cargos em altos conglomerados econômicos ou financeiros ou industriais de cunho multinacional, de cunho estrangeiro.

Está aí o atestado prático do entreguismo, está aí o atestado prático, fiel da triste realidade que vivem os brasileiros por obra e graça dos maus brasileiros que estiveram nos dirigindo e estão ainda no poder durante esses últimos anos.

Mário Henrique Simonsen, por certo, hoje sorridente, está com seu "scotch" à mão, bem mais próximo porque é conselheiro diretor do City Bank, mais um grupo estrangeiro que está aí controlando financeiras, um dos bancos de maior lucro do Brasil nos últimos anos. As filiais do City Bank no Brasil, tiveram índices de maior lucratividade do conglomerado no mundo inteiro, e por certo, agora estão agradecendo, pagando os benefícios que receberam, as vantagens que tiveram, quando Henrique Simonsen comandava a economia nacional e deverá receber para isso, além do agradecimento, além do cargo de membro do Conselho-Diretor, polpudas verbas mensais, entregando aquilo que talvez faltaria entregar.

Esta é a radiografia da situação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o seu aparte, eminente Deputado Friedrich, mas Vossa Excelência dá o testemunho correto de quem são os homens que comandam e comandam a política econômica desta Nação.

Haja visto e temos que reconhecer uma verdade, este é um Governo competente, muito competente na sua propaganda oficialista, porque vejam a técnica empregada por este Governo, neste aumento dos derivados de petróleo que se deu na data de hoje. Vem, na sexta-feira, um Secretário do Ministério do Planejamento, que diz que o aumento só se dará a partir de 1.º de dezembro. Aí, lá no Iraque, onde está o eminente Secretário, o milagroso Secretário do Planejamento, desta Nação, aí ele passa ordem por telefone, e após às 6:00 horas da tarde de sexta-feira, fica efetivamente comprovado que o aumento se daria hoje, na data de hoje.

Como é que nós vamos acreditar nuns homens desses, como é que vamos acreditar num Governo deste que diz uma coisa, e que meia hora depois já não é mais aquilo, já é outra coisa. Quer dizer, perde-se a confiabilidade e a Nação não confia mais nesses homens, eminente Deputado, porque não é possível mais a Nação continuar a pagar o preço que está pagando pelos derivados de petróleo. Vejam a agricultura, vejam o preço do Diesel a Cr\$ 12,00, e dou um testemunho aqui, pessoal, porque também sou um pequeno agricultor, lá na minha região de Campo Mourão. Sei de vizinhos meus, trabalhadores, pequenos proprietários, que não vão ter condição sequer de terminar o seu plantio, pelo custo do petróleo hoje, pelo custo do Diesel a Cr\$ 12,00, que é um roubo este preço de Cr\$ 12,00 e não há quem possa concordar com isso, que é um assalto à bolsa do povo brasileiro.

Concedo aparte ao eminente Líder Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Muito obrigado.

Vossa Excelência falava que era um pequeno agricultor. Mas, Sr. Deputado, agricultura era a meta prioritária deste Governo.

O SR. DARCY DEITOS — Era.

O Sr. Nilso Sguarezi — Era. Era, no passado, Sr. Deputado.

E a agricultura, neste País, dá muito dinheiro. Quem disser que não, não conhece a realidade desta Nação.

O último Ministro da Agricultura, Sr. Alysson Paulinelli, hoje nas manchetes dos jornais de uma acusação de corrupção, fez muito dinheiro, no Ministério da Agricultura. Tanto é, Sr. Deputado, que para conceder um simples empréstimo pelo Banco Cooperativo, de quatro milhões de cruzeiros, levou uma comissão de quarenta e cinco por cento; para conceder quatro milhões de cruzeiros a um apaniguado seu, o Ministro legou um bolo de um milhão e oitocentos mil cruzeiros, conforme denúncia junto ao Procurador Geral da República, deste cidadão, que agora pelo Sr. Alysson Paulinelli não ser mais Ministro, teve a coragem de denunciá-lo na Justiça. Com recibo e tudo. Dinheiro entregue no gabinete do Ministro, em Brasília.

Nobre Deputado, agricultura dá muito dinheiro, principalmente para os Ministros. E quando o Presidente da República fala, como disse Vossa Excelência aqui e foi aparteado por vários Srs. Deputados, de que não importa a opinião do povo, que não está para agradar o povo, é evidente que o seu Ministério também acompanha; porque, a agricultura não deu frutos, não importa. Para o Ministro ela deu uma colheita muito proveitosa, tão proveitosa que, numa só enxadada, este Ministro conseguiu um milhão e oitocentos mil cruzeiros.

O SR. DARCY DEITOS — É esta a Nação brasileira de hoje,

é esta a Nação brasileira, eminente Líder Nilso Sguarezi, que nós, do MDB, queremos mudar, que estamos nesta trincheira a lutar, para que um dia esta Nação tenha um Governo realmente eleito pelo povo, e não um Governo colocado pelo gosto de um homem só, pela continuidade dos poderosos que assaltaram esta Nação.

Concedo o aparte ao eminente Deputado José Domingos Scarpelini.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado, com atenção, estou ouvindo o seu depoimento nesta tarde. Gostaria de, no aparte que solicitei, me solidarizar com Vossa Excelência, pela homenagem que prestou ao ilustre homem do Brasil e do Paraná, que deixou, na sua vida pública, as pegadas de um democrata, de um homem que realmente defendia os interesses da Nação brasileira, e que a própria Ditadura o maginizou e o jogou ao relento, esquecendo a grande bandeira que ele representava, a bandeira da democracia, da liberdade e da justiça social, o Senador do Paraná, Accioly Filho. Este que já há longo tempo marchava no caminho que marchamos agora, em busca da segurança para o povo, o bem-estar para o povo, como Vossa Excelência o faz na tribuna, e como faz o Partido da Oposição.

Ilustre Deputado, hoje, para novidade, eu vejo falar que existe corrupção no Governo Federal. E fiquei atônito em ouvir. Eu não posso admitir que haja corrupção. É uma grande novidade saber que existe corrupção, nos homens que detêm e que mandam na Nação.

Porque, comentário, é apenas comentário. Em 1973, quando assumiu o Presidente Ernesto Geisel, correu-se os comentários e boatos de que o ex-Ministro Delfin Neto, juntamente com outros Ministros, tiveram até prisão domiciliar decretada pelo Sr. Presidente da República. Mas, depois, ficou comprovado que nada daquilo era verdade, pois o Ministro Delfin Neto foi castigado para ir sofrer na França, como Embaixador do Brasil.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e ilustre Deputado que está na tribuna...

O SR. PRESIDENTE — (Fuad Nacli) Esta Presidência informa ao orador que está na tribuna, que seu tempo está esgotado, e Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Agradeço o aparte que

Vossa Excelência me concedeu, e espero que a Nação brasileira, que está acordando do sono de quinze anos, se levante para a luta, em busca das liberdades e das conquistas sociais, que é o desejo do povo, e para isso, o Partido do povo, quer MDB ou não; quer PTB ou PDB, ou qualquer outra sigla, estará atento a essa conquista, a esse avanço social que percebemos que existe. Porque acreditamos que o povo nesta Nação tem sangue nas suas veias e se preciso até, irá derramá-lo, para essa conquista.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Eu é que agradeço o seu aparte, nobre Deputado José Domingos Scarpelini.

Mas, concluo, Sr. Presidente, temos certeza e confiamos que a História não pára. E que hoje o povo vilipendiado e roubado, será amanhã o mesmo, que julgará seus algozes, dando então suas respostas aos insensíveis incapazes que governam este País.

E daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que sempre estivemos ao lado do povo, iremos, daqui, continuar a mesma luta; a luta intrépida e constante, a luta vigilante para que não se cometam abusos, como os que até hoje estão a acontecer, onde a sanha do capital espoliador tem levado caos para toda a família brasileira. Tem gerado conflito em todas as camadas sociais deste País.

E, para finalizar, solicitamos, desta tribuna, que a sensibilidade e o bom senso voltem a reinar nesta nossa Pátria. Que os homens que detêm o poder deixem de brincar com o povo brasileiro, pois se isso não ocorrer, terão neles os juízes a julgar por atos como vimos assistindo durante todo esse tempo e pelo qual vimos passando.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No horário reservado

às Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Romero Filho, do MDB.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Justifica-se plenamente o desespero do povo, em virtude da espoliação de que, em toda parte, é vítima.

Na feira livre, os legumes e as frutas estão a preços vertiginosos. O leite emagreceu no coeficiente de proteínas, mas sofreu majorações que o colocam fora do alcance da criança pobre. O óleo alimentício vai desaparecer das prateleiras dos super-mercados, sem que o governo tome qualquer providência contra as multinacionais, que o produzem em Ponta Grossa. E assim por diante, neste regime de cupidez e de impunidade.

Quem não tem casa própria, está vivendo outra espécie de drama, o do aluguel da moradia. Esse aluguel está ultrapassando a espiral inflacionária, em virtude da carga exagerada de ônus suplementares que pesam sobre o inquilino.

A lei número 6649, de 16 de maio de 1979, obriga o locatário a "pagar os encargos de limpeza, força e luz, água e saneamento, bem como as despesas ordinárias de condomínio", compreendendo como despesas de condomínio, as correspondentes às despesas de administração do edifício em que o inquilino mora. As reparações de estragos a que der causa também são de sua responsabilidade.

Há locadores que exigem que o locatário pague ainda o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e as taxas municipais relativas ao prédio locado.

As garantias locatícias esgotam os recursos das classes menos favorecidas. Ou a caução em dinheiro, correspondente a três meses de aluguel, ou a garantia fidejussória, que complica a vida de qualquer um, na busca de quem aceite ser fiador, ou o seguro de fiança locatícia.

Caiu, pelo menos, a denúncia vazia, para os aluguéres residenciais, e isso aliviou em parte a sobrecarga de aflições do inquilino.

O drama atinge proporções inusitadas quando, porém, o inditoso chefe de família se vê obrigado a recorrer os serviços de uma empresa imobiliária, para conseguir um teto.

Nem mesmo Fafka poderia imaginar romance mais surrealista do que regime de papelório, imperante nas imobiliárias. Exigem-se tais e tantos, que o interessado na locação da moradia consome dias e dias nas repartições, para obtê-los. Taxas e emolumentos, cópias de xerox e outras despesas, exaurem a bolsa do assalariado. Além de tudo, a irritante espera nas filas e a paciência de santo de que deve revestir-se o postulamento ao ser gosseiramente atendido por funcionários mal pagos e igualmente irritados.

De posse, afinal, de toda a documentação exigida, eis o futuro locatário, no balcão da imobiliária. Começa ele a conhecer, então, o sub-mundo do negócio de locações de casas e de apartamentos.

O anúncio do imóvel é sempre sedutor. A vista é maravilhosa, e a paz e a segurança são totais. Salas e quartos são espaçosos, a cozinha é um recanto azeitado. As dependências da empregada fazem inveja a um magnata.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A realidade é completamente outra. O prédio da frente tira toda a vista, e o apartamento fica inteiramente devassado. Pela oxigüidade de espaço, não cabem os móveis, razão porque o inquilino se obriga a desfazer-se de muita coisa. A cozinha é um pequeno corredor de passagem, e a empregada tem que espremer-se toda para poder entrar no seu quarto.

A pintura da parede, é um borrão. As torneiras não funcionam, como estragada está a válvula do WC. Os tacos do assoalho estão soltos, as fechaduras são defeituosas e a instalação elétrica oferece perigo de curto-circuito.

O preço do aluguel, porém, é exorbitante. Tem que ser pago rigorosamente em dia, sob pena de multa e de juros de mora. Imobiliária não cochila nem perdoa.

Visto e aceito o imóvel pelo candidato a locatário, entra-se na etapa do contrato, com cláusulas leoninas, em que o locador se cerca de todos os direitos e o locatário fica esmagado pelo excesso de obrigações.

Isso não é tudo.

De acordo com o artigo 18, inciso VI, da mesma Lei 6649, de 16 de maio de 1979, o "locador é obrigado a pagar as taxas e quaisquer despesas de intermediação ou administração imobiliária, bem como as despesas extraordinárias de condomínio".

A lei, entretanto, não tem sido cumprida, porque esse ônus recai, na maioria das vezes, sobre os ombros do locatário incauto.

O depósito é variável. Em geral, é representado pelo valor de um aluguel.

Mas, a esperteza faz parte do negócio. A imobiliária, também administradora do imóvel, não promove os consertos necessários. O novo inquilino arca, então, com essas despesas, para não ter de incomodar-se e para não perder tempo. Arranja encanador, eletricista, carpinteiro, e o mais que sirva, e paga-lhes os serviços, para que a morada fique em ordem.

A imobiliária se exime da responsabilidade das reparações, embora o inciso I do referido artigo 18, da Lei do Inquilinato, obrigue o locador a entregar o imóvel locado ao locatário, em estado de servir ao uso a que se destina.

Vou citar um caso concreto, recém-ocorrido em Curitiba, para que se tenha idéia do procedimento das imobiliárias em geral.

Uma senhora, nossa conhecida, alugou um apartamento pelo preço de Cr\$ 6.000,00 mensais. O contrato seria de um ano.

Por exigência da locadora, pagou-lhe Cr\$ 6.000,00 a título, talvez, de despesas de intermediação, quando tais despesas pertencem obrigatoriamente ao proprietário do imóvel.

Feita a mudança, verificou-se alguns defeitos no apartamento, como torneiras estragadas, válvulas do WC enguiçadas, pintura descascada, etc. Reclamou na Imobiliária por diversas vezes, sem ter sido atendida. Providenciou então, ela mesma, os consertos e pagou as despesas, sem que tivesse sido indenizada.

Resolveu desistir da locação desse apartamento, após cinco meses de moradia.

A imobiliária fez vistoria antes da saída da inquilina e cobrou dela, nada menos que Cr\$ 18.000,00 a mais, sob o pretexto de que teria de realizar reparações nos estragos.

Um verdadeiro assalto contra a bolsa do povo.

É preciso que seja simplificada a burocracia, com a exigência de menos papéis nas imobiliárias, para os contratos de locação.

Uma pessoa que vem do interior do Estado, por exemplo, não tem condições de reunir de pronto a volumosa papelada. Vai ter que ficar, por isso, na rua com a sua família? É preciso mais humanização.

Por força do que estatui a Lei número 6649, nenhuma Imobiliária pode cobrar do locatário as despesas de intermediação, de responsabilidade exclusiva do locador.

Fazemos um apelo ao Sindicato dos Corretores de Imóveis, no sentido de que exerçam fiscalização mais rigorosa e mais enérgica sobre as imobiliárias, como é de sua competência, e puna, efetivamente, aqueles que não cumprem a lei, e que exploram o povo. Se necessário, deve cassar-lhes o registro de funcionamento, a fim de que o exemplo contribua para a moderação maior nos lucros.

Os locatários lesados precisam encorajar-se e denunciarem os delitos das imobiliárias à Delegacia de Defesa da Economia Popular. No momento em que o escândalo estourar na imprensa, as imobiliárias se amordaçarão para não morderem o povo.

Agradeço a atenção que os nobres Deputados me dispensaram e em particular à Vossa Excelência, Sr. Presidente, e encerro aqui este pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Consulto à Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passarmos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/78, de autoria do Deputado OSVALDO MACEDO, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Arquiteto Jaime Lerner. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/79, de autoria do Deputado PALÁCIOS, que prorroga por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação desta, o prazo estabelecido no artigo 7.º, da Lei n.º 7.122, de 26/04/79 (que adota nova estrutura às Carreiras do Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/79, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que modifica as divisas do Distrito Administrativo de ALTO ALEGRE, Município de Colorado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade, com Emenda Substitutiva Geral da C.C.J. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 30/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O artigo 1.º e seus incisos, da Lei n.º 49, de 21 de novembro de 1.962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica criado no Município de Colorado, o Distrito Administrativo e Judiciário de ALTO ALEGRE, com as divisas seguintes:

— partindo da foz do Córrego dos Quatro Saltos, no Rio Bandeirantes do Norte, sobe pelo Córrego dos Quatro Saltos até sua cabeceira, de onde, em linha reta, alcança a nascente do Córrego Cateto e por este abaixo até sua embocadura, no Ribeirão Pedregulho; por este acima e acompanhando os limites com os Municípios de Nossa Senhora das Graças até atingir o Rio Bandeirantes do Norte e por este abaixo até a foz do Córrego dos Quatro Saltos, no ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoio: Quielise Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

Na lei que criou o Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, no Município de Colorado, por lamentável engano, as divisas foram descritas completamente erradas, de tal modo que a área do referido distrito ficou a de todo o município.

Com este projeto de lei, que colocamos à consideração da Casa, se pretende corrigir tal equívoco.

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI N.º 30/79

Art. 1.º — Fica criado no Município de Colorado, o Distrito Administrativo de ALTO ALEGRE, com as divisas

seguintes:

— partindo da foz do Córrego dos Quatro Saltos, no Rio Bandeirantes do Norte, sobe pelo Córrego dos Quatro Saltos até sua cabeceira, de onde, em linha reta, alcança a nascente do Córrego Cateto, e por este abaixo até sua embocadura no Ribeirão Pedregulho; por este acima e acompanhando os limites com os Municípios de Nossa Senhora das Graças, até atingir o Rio Bandeirantes do Norte, e por este abaixo até a sua foz no Córrego dos Quatro Santos, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Fidelcino Tolentino, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 30/79

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n.º 30/79, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo corrigir o texto da Lei n.º 49, de 21 de novembro de 1962, a qual teria descrito as divisas do Distrito de Alto Alegre, por ele criado, de tal modo que abracou a área de todo o Município de Colorado, ao qual pertence.

Na qualidade de relator, solicitamos que fosse procedida diligência, a fim de que houvesse pronunciamento da Câmara de Vereadores, segundo exigência legal.

Cumprida a diligência, com a juntada de cópia da Lei Municipal n.º 211/79, e de sua publicação, não vemos qualquer impedimento de ordem constitucional para que este plano de lei possa ser aprovado.

Todavia, ainda sob o aspecto constitucional, é de competência do Poder Judiciário a proposição de qualquer mudança na Organização ou Divisão Judiciárias do Estado.

Assim sendo, opinamos Favoravelmente à Aprovação do projeto, na forma do substitutivo anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Fidelcino Tolentino, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/79, de autoria do Deputado Cyro Martins, que declara de utilidade pública a “Associação Beneficente Recreativa Paroquial”, com sede e foro na cidade de Tibagi. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 142/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECREATIVA PAROQUIAL”, com sede e foro na cidade de Tibagi.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.979.

(a) CYRO MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A “Associação Beneficente Recreativa Paroquial”, de Tibagi, foi criada com a finalidade de proporcionar atividades beneficentes, através de fundos angariados por promoções e auxílios recebidos.

Criada em Assembléia, em março de 1968, teve seus estatutos publicados no Diário Oficial número 178, de 02 de outubro de 1.968.

Dentro de suas atividades, está a assistência social aos menos favorecidos no município, com fornecimento de vestuários, alimentos e remédios.

Mantém a entidade um cadastro completo das famílias pobres do Município de Tibagi.

Proporciona aulas de higiene e saúde às famílias tibagianas

e principalmente aos jovens, orientando-os definitivamente quanto aos problemas que podem afligir a juventude, preparando-os para a vida em comunidade.

Diante do exposto acima, temos a certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados desta Assembléia Legislativa, para a aprovação deste projeto de lei, em atitude compatível e digna de amparo a uma entidade que muito faz e realiza em prol da comunidade tibagiana.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 142/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Cyro Martins, o presente Projeto de Lei nº 142/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Beneficente Recreativa Paroquial", com sede e foro na cidade de Tibagi.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, verifica-se que as exigências contidas na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, estão supridas conforme abaixo especifica:

I — A "Associação Beneficente Recreativa Paroquial", foi fundada em 17 de setembro de 1967, conforme consta em Estatuto, fls. 01, cap. I, art. 1.º.

II — É uma Sociedade Civil. Conforme Estatuto, fls. 1, Cap. I, art. 1.º.

III — Nenhum cargo eletivo poderá ser remunerado, de acordo com Estatuto, fls. 12, Cap. XIII, art. 61, § 1.º.

IV — Cumpre no Art. 1.º, itens I, II, III, IV, dos seus Estatutos, as finalidades exigidas pela Lei supra citada.

Não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa. Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 130/79, de autoria da Comissão Especial, que autoriza realização de plebiscito em área do Município de Catanduvas, para consulta sobre a criação do Município de Três Barras, no Paraná. Parecer Favorável da C.E., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

COMISSÃO ESPECIAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 130/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, do Município de Catanduvas, a fim de consulta à população sobre a criação do Município de Três Barras do Paraná:

— Começa no Rio Tormenta, divisando com o Município de Catanduvas, na foz do Arroio dos Porcos, sobe por este até sua nascente, de onde segue pelas divisas entre os lotes números 40-41, 6-62, 88-89, 103-105, todos da Gleba 8 - Tormenta, atingindo aí o Rio Adelaide, pelo qual sobe até alcançar a foz do Córrego Samambaia, e por este acima até sua nascente, de onde, rumo NO-SE, segue pela divisa entre as Glebas 3A e 4 da Colônia Adelaide, até o Rio Guarani, divisando com o Município de Quedas do Iguaçu, seguindo pela foz do Arroio da Cruz no Rio Guarani, desce por este até sua foz no Rio Iguaçu, divisa com o Município de Dois Vizinhos, desce por este até a foz do Rio Jaracatiá, na divisa com o Município de Salto do Lontra, daí segue pela foz do Rio Jaracatiá no Rio Iguaçu, descendo até alcançar a foz do Rio Tormenta, na divisa com o Município de Capitão Marques, sobe pelo Rio Tormenta até alcançar a linha divisória das Colônias Timburi e Tormenta, de onde segue pelo Rio Tormenta acima até alcançar a foz do

Arroio dos Porcos, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
(a) Fidelcino Tolentino, Relator

COMISSÃO ESPECIAL
PROJETO DE LEI Nº 127/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente Projeto de Lei nº 127/79, visa criar o Município de Três Barras do Paraná, com território desmembrado do Município de Catanduvas, e divisas que especifica.

Anexo ao processo, deparamos com o Projeto de Lei nº 165/79, de autoria do nobre Deputado David Cheriegate, versando sobre idêntica matéria.

Analisando-se a documentação inserida à proposição,

podemos preliminarmente deduzir que o Distrito de Três Barras, apresenta condições análogas àquelas das localidades às quais foi autorizada recentemente por esta Casa, a realização de consulta às populações interessadas para dizerem de sua concordância em elevá-las à condição de municípios.

Assim sendo, desde que é do conhecimento público que já no próximo dia 25 do corrente mês aquelas consultas serão levadas a efeito em cinco (05) localidades de igual número de municípios do nosso Estado, opinamos no sentido de que seja dado semelhante procedimento ao presente projeto de lei, autorizando-se a consulta plebiscitária, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos, de acordo com as divisas constantes do Substitutivo Geral de fls. 22.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) Jurandir Messias, Presidente; Fidelcino Tolentino, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 131/79, de autoria da Comissão Especial, que autoriza a realização de plebiscito em área do Município de Formosa, para consulta sobre a criação do Município de Jesuítas. Parecer Favorável da C.E., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

COMISSÃO ESPECIAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 131/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, no Município de Formosa, a fim de consulta à população sobre a criação do Município de Jesuítas:

— Começa na Barra do Córrego Tarumã, pela sua margem esquerda, da sua foz do Rio Verde, seguindo pelo mesmo até a divisa do lote número 412 e 413 da Colonização SINOP Terras Ltda., seguindo por esta até alcançar a estrada Cambém por esta seguindo até a estrada Itaguagé, seguindo por esta até a estrada Arapongas, seguindo por esta até a linha divisora dos lotes números 345 e 346 da Colonizadora já mencionada, seguindo por esta até o Rio Araras, pula-se o referido rio, seguindo por esta até o Ribeirão dos Padres (Água Preta), seguindo por esta pela sua margem esquerda até o rumo da estrada Marília, atravessando o citado Ribeirão e segue-se pela estrada Marília até a estrada Alvorada, seguindo-se pela estrada Alvorada até o cruzamento da estrada Pio XII, seguindo por esta até a estrada Figueiras, por esta até o Rio Jesuítas, subindo por esta pela sua margem esquerda até alcançar a estrada Tupi, seguindo por esta, perímetro divisor do município até alcançar o Rio Verde, este último perímetro divisor com o Município de Assis Chateaubriand, seguindo pelo Rio Verde água abaixo pela sua margem direita até encontrar o ponto de partida, Córrego Tarumã do loteamento da Colonizadora SINOP Terras Ltda., da Gleba Rio Verde II".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revonadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
(a) Nilso Sguarezi, Relator

COMISSÃO ESPECIAL
PROJETO DE LEI N.º 139/79

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente Projeto de Lei n.º 139/79, tem por finalidade criar o Município de Jesuítas, com território desmembrado do Município de Formosa, e divisas que especifica.

Analisando-se o processo através da justificativa e da documentação que o acompanha, temos que a localidade de Jesuítas no Município de Formosa, apresenta os requisitos que prevê a legislação federal, reguladora da matéria, para se constituir em município. Assim sendo, como exigência legal, preliminarmente, e sem nos atermos a uma análise mais profunda sobre a documentação inserida no processo, nos manifestamos favoravelmente à proposição, apresentando projeto de resolução anexo, autorizando a realização de plebiscito naquela localidade, a fim de consultar à população sobre a sua emancipação, de acordo com as divisas estabelecidas, através de emenda substitutiva.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) Jurandir Messias, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 148/79, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 41/79, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que denomina "Irmã Laria Leônia - Ensino de 1.º Grau", a Unidade Escolar localizada na Quadra número 80, do novo loteamento urbano da Prefeitura Municipal de Guaíra. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Fracaro, ocorrido em Campo Largo. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 58/79. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 70/79. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar a votação.

Ocorre, Sr. Presidente, que a Comissão Especial que deferiu um pedido de plebiscito o fez, baseada no seguinte pressuposto que, das exigências necessárias para a criação de um município, o plebiscito seria uma delas; outras, de cunho legal, são necessárias, tais como: número de população, de habitantes, de eleitores, índice de arrecadação e a potencialidade do município para viabilizar uma vida administrativa própria.

Ora, Sr. Presidente. Sabemos que, ontem, se realizaram os plebiscitos e que, formalmente, os resultados conferidos inclusive com prazo para contestação desses plebiscitos de recursos, só chegarão à Assembléia num prazo que, acredito, Sr. Presidente, não seja hábil dentro do atual período legislativo.

Ora. Em Assembléia, aprovar um Regime de Urgência não estando ainda cabalmente formalizada uma providência de que a Comissão Especial deferiu, me parece sobrepor as coisas e truncar a ordem normal dos fatos.

Parece-me que é tranqüilo na Casa a aprovação dessas pretensões de diversos distritos administrativos para se tornarem municípios, mas, Sr. Presidente, há que haver uma tramitação rigorosa e formal, para que as próprias comunidades que aspiram a emancipação não sejam, à época, prejudicadas com o truncamento e a desobediência de formalidades essenciais a esse tipo de projeto.

Voto contrariamente a essa questão da urgência, porque, como disse, a Casa ainda não tomou conhecimento da primeira formalidade deferida pela Comissão. Então, não há base nenhuma e argumento algum que possa justificar atraso, porque a medida foi concretizada ontem. Como se alegar que há necessidade de urgência? A Comissão ainda não recebeu a notícia, não recebeu o resultado da Justiça Eleitoral. Como se alegar que está sendo atrasada? O regime de urgência é utilizado quando há procrastinação do rito processual dentro da Casa.

Parece-me que é uma impertinência esse requerimento, nesta oportunidade. Voto contrariamente e peço à bancada que também o faça, principalmente para preservar o interesse das comunidades que querem uma emancipação regular e formal.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Em votação. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 57, 54 e 70/79. — **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 79, 149 e 159/79
3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 70/78 e 161/79;
2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 30 e 142/79, e dos Projetos de Resolução n.ºs 130, e 131/79.

Levanta-se a sessão.